



CAPÍTULO 16
RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE:
SOBRE A NECESSIDADE DE
ACOMPANHAMENTO CRÍTICO ENTRE
INTENÇÕES E PRÁTICAS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pgt16>

Rogério Santos da Costa

Renata Goulart Fernandes

Roberto Diógenes de Queiroz Júnior

Tanes Kfourri

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

Desde o novo milênio presenciamos um crescimento de empresas buscando se adaptar às reivindicações dos consumidores em relação à sustentabilidade. Esse processo representa um grande desafio, porque, por um lado, proporciona muitos benefícios não somente para a organização, mas também para todos os *stakeholder*¹ envolvidos no processo produtivo e na contribuição de serviços sustentáveis; por outro lado, pode representar danos à imagem da empresa e na sociedade como um todo. Dentro desse contexto, cada empresa deve apresentar sua parcela de contribuição para o desenvolvimento sustentável do ambiente em que está inserida. A empresa não é uma unidade isolada que busca lucro, ela é parte da sociedade.

A responsabilidade social é uma maneira de conduzir os negócios da empresa de tal forma que deve ser responsável solidária pelo desenvolvimento social. O entrave para a inserção empresarial é que uma parte das empresas busca somente o lucro e a sua maximização, negligenciando os pressupostos que há algum tempo estão bastante em *evidência*. *Isso implica proporcionar o desenvolvimento sustentável, a capacidade de suprir as necessidades da geração atual sem o comprometimento da capacidade de atendimento das necessidades das gerações vindouras.*

Pelo lado da sustentabilidade ambiental, esta circunda três aspectos essenciais que inevitavelmente devem ser observados e estão vinculados: o enfoque social, financeiro e ambiental. Os aspectos ambientais a serem observados são a proteção ambiental, utilização de recursos renováveis, ecoeficiência, gestão de riscos e dos resíduos.

1 A percepção de Tenório (p. 24) é utilizada como base neste artigo para se tomar o cuidado em tratar deste conceito. Conforme esse autor, “o desenvolvimento da teoria do *stakeholder* [...] incorpora ao arcabouço teórico da responsabilidade social a visão sistêmica, segundo a qual as companhias interagem com vários agentes, influenciando no meio ambiente e recebendo influência deste. A finalidade é atingir vários objetivos, tanto os da companhia quanto os propostos pelos agentes envolvidos”. TENÓRIO, Fernando Guilherme (org). **Responsabilidade Social Empresarial**. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

No âmbito financeiro deve-se observar o resultado econômico gerado, os direitos dos acionistas/participantes, a competitividade saudável, a boa relação com os clientes e fornecedores. Na esfera social deve-se evidenciar os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores, o envolvimento com a comunidade, a busca da transparência e uma postura ética.

Assim, o estudo da temática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) representa o grande interesse voltado para o campo da sustentabilidade, em defesa do meio ambiente e de uma melhor qualidade de vida para os habitantes do planeta Terra. A sustentabilidade representa um fenômeno multidimensional, cujo foco de atenção não se restringe aos fatores econômicos, financeiros e ambientais, ampliando-se para as contribuições sociais, equipe de trabalho, questões de credibilidade, legitimidade e participação como importantes pilares para a sustentação. Assim sendo, a relevância da RSE encontra-se direcionada para refletir sobre responsabilidade social e sustentabilidade nas intenções e nas práticas.

Dentro deste contexto, o objetivo geral deste artigo é discutir a RSE como um meio útil para atender as vontades dos diferentes grupos de interesse, partindo de uma atuação eficiente e coerente no âmbito econômico, social e ambiental.

Os objetivos específicos encontram-se assim dispostos:

- evidenciar os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável como ferramentas de suporte e caracterizar as três dimensões do tripé da sustentabilidade: econômico, social e também ambiental;
- descrever a importância das novas exigências sociais demandadas às empresas nos mais variados mercados;
- destacar as reduções de riscos socioambientais proporcionadas por um bom exercício empresarial perante a sociedade, seja reduzindo multas seja indenizações, por exemplo.

O artigo se baseia numa revisão de literatura com enfoque nos conceitos de RSE e sustentabilidade, e busca fazer referência a um caso de empresa transnacional que enfatiza a RSE e a sustentabilidade como motora de suas atividades. Não se trata de estudo de caso, mas de levantamento de linhas de pesquisa a serem aprofundadas com o acompanhamento da prática da RSE de empresas transnacionais, ou seja, não se faz análise de resultados desta empresa citada.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE EMPRESAS

Neste item introduzem-se noções de Responsabilidade Social Empresarial e de sustentabilidade na gestão de empresas, procurando identificar traços comuns e divergentes na literatura, bem como alinhar alguns conceitos relacionados a estes temas, como forma de apontar as perspectivas que implicam a inserção de uma empresa no seu entorno e desenvolvimento regional e local.

Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

A ideia da responsabilidade social empresarial vem recebendo significativa atenção e popularidade desde a década de 50 do século passado², com crescimento acelerado no pós-Guerra Fria, inclusive no Brasil³. A participação das empresas em suas ações e impactos é acompanhada atentamente pela sociedade, seja por consumidores, por competidores em seus respectivos mercados, por organizações não governamentais e poder público.

2 De Swaan remete ao século XVIII as primeiras ações registradas de empresas com preocupações sociais de suas ações. In: DE SWAAN, Abram. **A cargo del Estado**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1992.

3 IPEA. **A Iniciativa Privada e o Espírito Público**: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. 2006.

O resultado desse movimento é que a responsabilidade social empresarial passou a ser pensada na conjuntura da estratégia empresarial e, para a empresa ser notada pelos consumidores, empregados e investidores, não basta apenas **parecer** ser ética e responsável, é preciso impor esta marca na prática. Assim, todas as suas ações necessitam ser acompanhadas e publicadas de forma sistemática, envolvendo-se no dia a dia da empresa. De acordo com Maximiano⁴, a responsabilidade social das organizações e o comportamento ético dos seus gestores estão entre as tendências mais importantes que exercem influência na teoria e prática da administração contemporânea.

A discussão sobre ética e a responsabilidade social é muito antiga e ficou mais em evidência devido a problemas como poluição, corrupção, desemprego e à defesa dos consumidores, entre tantos outros que envolvem as organizações públicas e privadas. Segundo Melo Neto⁵, a responsabilidade social de uma empresa implica a sua “decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias nas regiões em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce”.

A responsabilidade social é entendida como um compromisso da empresa com relação à sociedade e à humanidade como um todo, e um modo de prestação de contas (*accountability*) do seu desempenho, baseada na detenção e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem.

O Instituto Ethos⁶ conceitua RSE como:

A forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas

4 MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

5 MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

6 ETHOS – Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. Processos gerenciais. Responsabilidade Social Empresarial. Jun. 2005. p. 25.



empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

O princípio é uma agregação de interesses colaborativos e complementares, sem deixar de considerar a lucratividade, mas indo além do aspecto da competitividade⁷:

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação empresarial deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

Em outras palavras, uma empresa pode ser considerada “sustentável” quando efetivamente introduz os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente. Contribuir para o desenvolvimento sustentável é o objetivo dessa empresa e a responsabilidade social, o meio para tornar a sua contribuição efetiva⁸. Apesar disto, é possível pensar na RSE, com base nas experiências das empresas transnacionais, como uma ação de apropriação e controle de demandas da sociedade visando à legitimidade de suas ações⁹.

7 Ibidem, p. 13.

8 MARREWIJK, Marcel van. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. *Journal of Business Ethics*, v. 44, 2003.

9 ARAGÃO, Daniel M. C. **Responsabilidade como Legitimação**: Capital Transnacional e Governança Global na Organização das Nações Unidas. 2010. Tese (Doutorado em Relações

No próximo item fazemos um apanhado sobre a temática da sustentabilidade, sua relação com a gestão de empresas, que resulta em sua política de RSE, elencando alguns conceitos correlacionados.

Sustentabilidade e/na Gestão de Empresas

A palavra sustentabilidade pode significar qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos poluentes e o aumento da reciclagem, como uma forma de desenvolvimento econômico que leva em conta a proteção do meio ambiente. Mais que isto, significa “não matar a galinha dos ovos de ouro”, pensando na lucratividade empresarial. Não vai adiantar uma empresa estar bem gerenciada e dando lucro num ambiente em degradação, pois não se sustenta. A cena dos músicos tocando música enquanto o navio afundava no clássico do cinema “Titanic” é emblemática, mesmo que apenas figurativamente.

Sob a ótica de Sachs¹⁰, há 8 (oito) itens que compõem as dimensões que dão forma à Sustentabilidade, e essas dimensões da sustentabilidade estão divididas em: econômica, social, cultural, territorial, política (Nacional), política (Internacional), ecológica, ambiental. A amplitude e o uso deste conceito demonstram a complexidade onde está inserida a RSE, sendo inegável que se não estiver atenta a todas as dimensões elencadas em Sachs, pode a empresa estar apenas fazendo do *marketing* sua principal divisão interna.

As três principais dimensões da sustentabilidade para Sachs¹¹ giram em torno da sustentabilidade social, econômica e ecológica. Sachs tem uma visão abrangente e complexa sobre sustentabilidade e sua percepção passa por todas as camadas que regem o cotidiano das pessoas.

Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

10 SACHS, I.. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

11 SACHS, 1993, op. cit., p. 37-38.

De acordo com Zylbersztajn e Lins¹², a sustentabilidade econômica é um conjunto de práticas aplicadas nos setores econômicos, financeiros e administrativos que visam ao desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

No entendimento de Foladori¹³, a sustentabilidade ambiental refere-se ao equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, conservação e manutenção genética, incluindo também a integridade climática. Este conceito aborda a natureza externa do ser humano e a concepção de que quanto mais o homem modifica a natureza, menor sua sustentabilidade ecológica e quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade

Segundo Reis¹⁴, há um crescente aumento de preocupação da sociedade com a diminuição da qualidade do meio ambiente ou meio envolvente. A utilização indiscriminada de materiais, matérias-primas, insumos, produtos, processos e serviços e a forma como eles impactam negativamente o meio ambiente é algo que preocupa toda a sociedade, principalmente devido aos impactos negativos que causa ou pode vir a causar em toda a cadeia produtiva e consumidora, desde a extração da matéria-prima até a disposição final do produto após o uso.

Maimon¹⁵ define o sistema de gestão ambiental como um conjunto de procedimentos para gerir e administrar uma organização na sua interface com o meio ambiente. É a forma pela qual a empresa se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Por isto, a gestão ambiental implica a administração responsável e planejada com a finalidade de proteger os recursos naturais dos impactos

12 ZYLBERSZTAJN, D.; LINS, C. (Org.). **Sustentabilidade e Geração de Valor – A Transição Para o Século 21**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010. 208p.

13 FOLADORI, Guillermo. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. III, n. 12, 2002.

14 REIS, Luís Filipe Sanches de Sousa Dias. **Gestão ambiental em pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

15 MAIMON, Dália. **ISO 14001: Passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

negativos causados pelo homem e melhorar a qualidade de vida dos seres vivos.

Segundo Reis¹⁶, uma gestão ambiental estabelece um senso geral de orientação e fixa os princípios de ação para uma organização. Determina o objetivo fundamental no tocante ao nível global de responsabilidade e desempenho ambiental requerido da organização, com referência a qual todas as ações subsequentemente serão julgadas. Nesse contexto, a gestão ambiental busca minimizar os impactos ambientais reduzindo ao máximo a interferência de suas atividades sobre o meio ambiente, orientada pelos seguintes princípios: **desenvolvimento sustentável; ética ambiental; transparência; educação ambiental; compromisso com a legalidade e gestão de resíduos.**

A gestão ambiental empresarial está essencialmente voltada para organizações, ou seja, companhias, corporações, firmas, empresas ou instituições. Ela foi definida por Yong e Lustosa¹⁷ como o conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde e a segurança das pessoas, bem como a proteção do meio ambiente por meio da eliminação ou minimização de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto.

A assimilação desses conceitos é importante quando se observa a complexidade de relações de causas e efeitos referentes ao sistema ambiental. Branco¹⁸ admite que as empresas com visão de futuro e que fazem da implementação do desenvolvimento sustentável um objetivo estratégico, serão as maiores beneficiadas. Isto significa atuar aplicando práticas saudáveis de gerenciamento ambiental, produzindo sem poluir, diminuindo seus resíduos industriais ou orgânicos, utilizando eficientemente os

16 Op. cit.

17 YONG, C. E. F.; LUSTOSA, M. C. J. Competitividade e meio ambiente: a nova relação centro-periferia. In: BRAGA, A. S.; MIRANDA, L. de D. (Org.). **Comércio e meio ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

18 BRANCO, Samuel M. **O meio ambiente em debate.** São Paulo: Moderna, 1997.

recursos naturais. Além disto, ao respeitar as preocupações ecológicas dos clientes, dos acionistas, dos empregados e das comunidades locais, estas empresas alcançarão posições de destaque num mercado cada vez mais consciente das responsabilidades e benefícios organizacionais e da sociedade como um todo.

De acordo com Tachizawa¹⁹, a preocupação ambiental no planeta abrange, principalmente, o necessário cuidado dos efeitos das atividades desenvolvidas no contexto da comunidade em que se inserem as empresas. Neste caminho, Ballester-Alvarez²⁰ destaca quatro metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, que se transformaram em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, e que estão diretamente relacionadas com a RSE: primeiramente, garantir a sustentabilidade ambiental. Hoje um bilhão de pessoas ainda não tem acesso à água potável. A água e o saneamento são dois fatores ambientais primordiais para a qualidade de vida humana.

A segunda meta foi integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programa nacionais e reverter a perda de recursos ambientais; a terceira meta foi reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura; e a quarta e última meta é, até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Os ODM tiveram o engajamento empresarial em Santa Catarina, contando com a participação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que arregimentou amplas camadas sociais na busca do alcance dos 8 (oito) ODM. Conforme Silva²¹, a relação entre o alcance das

19 TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

20 BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda (Coord.). **Administração da qualidade e da produtividade: abordagens do processo administrativo**. São Paulo: Atlas, 2001.

21 SILVA, J. M. Müller da. **A expressão territorial da relação global-local: o processo de institucionalização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade em Santa Catarina no período de 2009 a 2015**. 2016. 169p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

ações deste movimento e a intrincada formação de redes internacionais e transnacionais coloca um papel mais significativo para a efetiva ação de RSE para além da retórica. Este estudo demonstra essa possibilidade. Segundo Ashoka e McKinsey²² apontavam já no início do novo milênio, era crescente o número de organizações da sociedade civil que, em parceria com a iniciativa privada e o poder público ou, ainda, por conta e risco próprios, criam e implementam soluções inovadoras para atenuar as grandes demandas sociais existentes no país.

Já ao final do século passado, Branco²³ admitia que as empresas com visão de futuro e que fazem da implementação do desenvolvimento sustentável um objetivo estratégico, serão as maiores beneficiadas. Aplicando práticas saudáveis de gerenciamento ambiental produzindo sem poluir, diminuindo seus resíduos industriais ou orgânicos, utilizando eficientemente os recursos naturais, respeitando as preocupações ecológicas dos clientes, dos acionistas, dos empregados e das comunidades locais, estas empresas alcançarão posições de destaque num mercado cada vez mais consciente das responsabilidades e benefícios organizacionais e da sociedade como um todo.

PACTO GLOBAL

As interações entre empresas e sociedade passam a despertar o interesse e o envolvimento da ONU, que desde o fim da Guerra Fria introduz em seus debates a questão do papel do setor privado nos desígnios mundiais de uma forma geral, e do desenvolvimento econômico-social de forma particular. Assim, sob a iniciativa do Secretário Geral desta Organização Internacional, Kofi Annan, foi lançado em 1999 o Pacto

Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

22 ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY COMPANY. **Empreendimentos sociais sustentáveis**: Como elaborar planos de negócio para organizações sociais. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2001.

23 Op. cit.

Global, que passa a efetivamente a entrar em funcionamento em 2000, incluindo o Brasil com o Instituto Ethos.²⁴

O Pacto Global tem como objetivo a mobilização da comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios, listados abaixo e divididos pelas áreas de:

Direitos Humanos:

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

Trabalho:

1. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
2. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
3. A abolição efetiva do trabalho infantil; e
4. Eliminar a discriminação no emprego.

Meio Ambiente:

1. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;

24 SOUZA, Nadja Valéria de; CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva. **Responsabilidade Social Corporativa e Transnacionalização**: uma leitura crítica do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. 2012. 149 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.



2. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e
3. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Contra Corrupção:

As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros, tendo, atualmente, mais de 12 mil organizações signatárias articuladas por cerca de 150 redes ao redor do mundo.

Dessas organizações, 4.261 são empresas diversificadas e representam diferentes setores da economia e regiões geográficas, que buscam gerenciar seu crescimento de uma maneira responsável que contemple os interesses e preocupações de suas partes interessadas – incluindo funcionários, investidores, consumidores, organizações militantes, associações empresariais e comunidade, sendo que a adesão é uma iniciativa voluntária.²⁵

Pensando nesse contexto, o grupo franco-belga Engie, antiga Tractebel Energia, planeja e pratica ações baseando-se nos princípios de respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, que estão incorporados em todos os níveis de decisão da empresa: na política geral, nos projetos, nos investimentos, nas realizações e na gestão. Essa empresa é participante desde a sua origem do Pacto Global e expõe e difunde de maneira ampla suas práticas de RSE.

Os elementos contidos na descrição das ações de RSE foram todos retirados da página de internet da empresa, e pretende-se apenas

25 REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL. **Pacto Global**. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

apontar suas percepções e adequações de ações diante da ideia de RSE e do Pacto Global, sem preocupação de análise da prática, neste artigo. Faz-se ainda rápida alusão ao caso WEG como significativo para análises futuras sobre práticas de RSE, utilizando como fonte o sítio da empresa e estudos específicos sobre o caso e seu entorno.

QUATRO CASOS PARA OBSERVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A região do sul de Santa Catarina é uma das mais atingidas pela atuação de empresas no estado, quiçá no Brasil e no mundo. Detentora de uma reserva de carvão mineral, a atividade mineradora foi tanto responsável pelo montante de capitalização que resultaram em grandes empresas, como a Tractebel, Cecrisa e Eliane, quanto foi a responsável por um dos maiores passivos ambientais do sul do país.

De fato, os ciclos do carvão estão associados aos ciclos da economia brasileira e suas facilidades e dificuldades em poder conseguir energias de outras fontes, como a petrolífera e as hidroelétricas. Nas situações de crises de balanço de pagamento a atividade carbonífera em Santa Catarina era potencializada, não havendo quase nenhuma preocupação quanto aos danos ambientais, sociais e dos mineradores. Assim, apesar de auxiliar no crescimento da região em termos populacionais e de diversificação econômica, a atividade de extração de carvão ainda está na origem dos principais problemas ambientais deste início do século no estado.²⁶

A energia termoelétrica, que utiliza o carvão mineral como fonte, possui uma relação estratégica para a manutenção dos níveis de

26 GOULART FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007; FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial: grandes minas**. 1. ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011; CAROLA, Carlos Renato (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais**. 1. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011.

suprimento na sociedade brasileira, seja para consumidores residenciais, governamentais ou empresariais. O país passa momentos emergenciais de diminuição das capacidades de hidrelétricas em função de dinâmicas climáticas, e as usinas a carvão sempre estiveram a postos para essas necessidades. No entanto, dado o passivo ambiental e a responsabilidade social empresarial, é impensável hoje empresas de energia que não possuam a perspectiva da eliminação dessas capacidades poluidoras.

O caso da Tractebel, e hoje Engie, é então fundamental de ser revista e acompanhada. As Usinas Termoelétricas estão anunciadas pelo Grupo como em fase terminal, ou seja, serão substituídas por geração de energia limpa, como eólica e solar. É possível encontrar várias outras ações que corroboram, além desta mais significativa, as intenções de sustentabilidade contidas na política de responsabilidade social empresarial da empresa.

A Engie Brasil possui um parque gerador composto por 29 plantas, das quais nove são hidrelétricas, cinco termelétricas e quinze complementares: três a biomassa, oito eólicas, três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e uma solar. Segundo a empresa divulga, suas atividades são desenvolvidas em torno de um modelo baseado em crescimento responsável para lidar com os grandes desafios energéticos e ambientais atuais: atender à demanda de energia, garantir a segurança do suprimento, combater as mudanças climáticas e otimizar a utilização dos recursos naturais.²⁷

A empresa ainda propaga em seu portal uma série de políticas e protocolos em cujo centro está a ideia de sustentabilidade e ação de responsabilidade social empresarial, calcadas no Pacto Global do qual faz parte desde a sua criação pela ONU, em 2000. A prioridade em energias renováveis também é salientada, assim seguindo a estratégia da sua antecessora, a Tractebel. Além disto, divulga que desenvolve projetos de monitoramento ambiental para minimizar ou compensar os impactos decorrentes da operação de suas usinas hidrelétricas e termelétricas,

27 ENGIE. **A Companhia**. Disponível em: <<http://www.engieenergia.com.br/wps/portal/internet/a-companhia>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

além de registrar que cuida também da preservação de recursos naturais e da recuperação de áreas ou ecossistemas degradados.

Porém, apesar de ter anunciado em 2016 que poderia desativar as usinas termoeletricas, apenas a de Charqueadas foi desativada ao final daquele ano, por obsolescência. A utilização de subsídios é o motor da continuidade do uso da Termoeletrica Jorge Lacerda, que, apesar das inúmeras certificações existentes, ainda é um fator de criação de passivo ambiental na região. A cidade de Capivari de Baixo, onde a empresa se localiza, é praticamente dinamizada pela termoeletrica, o que dá contornos muito complexos para uma possível desativação. No entanto, a descarbonização é um movimento mundial, e a empresa não pode, por um lado, deixar de considerar a prática na sua responsabilidade social; por outro, é fundamental que mantenha uma atividade de energia limpa para não causar maior dano econômico-social na região.

Para o município de Capivari de Baixo, a empresa responde por 70% da arrecadação de tributos municipais e por 75% da economia, gerando mais de 6 mil empregos em toda a cadeia produtiva do carvão nas atividades de mineração, transporte e abastecimento do carvão, geração de energia elétrica, extração e transporte de cinzas. Assim, a descarbonização é tanto uma necessidade como uma complexa teia de necessidades socioeconômicas, o que deve envolver a sociedade como um todo – poder público, universidades, empresa e comunidade organizada ou não – para a busca de soluções. Isto representaria, para além de boas intenções, um nível elevado de responsabilidade social.

Na prática podemos visualizar algumas ações neste sentido. Um exemplo foi a construção, em 2013, do Parque Ambiental, que recuperou uma grande área degradada de Capivari de Baixo, onde havia quatro milhões de toneladas de carvão estocados e um espaço ambientalmente degradado. Nesta construção, ainda segundo a própria empresa, houve a utilização de práticas e materiais sustentáveis que renderam, em 2015, o Prêmio Fritz Müller, promovido pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, entidade licenciadora do Estado de Santa Catarina, na categoria “Recuperação de áreas degradadas”.

Uma outra empresa que mereceria um acompanhamento entre intenção e prática de RSE é a WEG, uma transnacional brasileira sediada em Jaraguá do Sul, também em Santa Catarina. A empresa tem uma forte inserção no seu entorno regional, sendo muito importante para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Além de intencionar e divulgar a prática da RSE em seu sítio eletrônico, a WEG ainda diversificou sua produção atuando fortemente na produção de equipamentos para a geração de energia limpa, notadamente a solar e a eólica. Estudos recentes indicam que a região de Jaraguá do Sul é a qual se pode citar como um caso de resultados de Governança Pública desde a política de descentralização implementada no início do novo milênio no estado²⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste artigo discutir a RSE em algumas de suas diferentes possibilidades e limitações, enquanto agente do sistema capitalista, que tanto pode contribuir para a qualidade das sociedades em que se inserem, como pode ser motivo de degradação das condições sociais e ambientais. Partimos de dois grandes pressupostos: o primeiro, de que as empresas buscam o lucro e este é um elemento que pode pôr limites à sua contribuição ampliada na sociedade em termos sociais e ambientais; o segundo é que, seja no âmbito ético, no macroeconômico setorial e local, seja no social e ambiental, o impacto da atividade de uma empresa no seu entorno significa, antes de tudo, uma questão de sobrevivência dela e de sua lucratividade, e não um favor.

Para tanto, fizemos uma discussão histórica, teórica e conceitual sobre as temáticas envolvidas, como a própria RSE, sustentabilidade, gestão de empresas e gestão ambiental. Além disto, buscamos colocar a

28 DIAS, Taísa; CARIO, Sílvio Antônio Ferraz. A Relação entre Estado e Sociedade no Século XXI: a perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, Unijuí, v. 12, n. 27, p. 370-403, jul./set. 2014.

RSE num contexto de complexidade global, a partir da inserção da dinâmica de atores como a ONU e empresas transnacionais.

Em linhas gerais, podemos afirmar que existe um movimento empresarial transnacional que nutre apreço considerável pela prática da RSE. No entanto, a existência de exploração de ambiente e sociedade por algumas das maiores transnacionais ocidentais nas fronteiras orientais, como na China, é motivo de preocupação. Por mais que as intenções de uma RSE sejam boas, há que se acompanhar a dinâmica da prática destas empresas para que não se incorra em erros históricos e passivos ainda hoje presentes, como no caso da região carbonífera de Santa Catarina.

Um pano de fundo para esta discussão seria a conscientização empresarial, mas também de toda sociedade, de que a busca pelo lucro move o modo de produção capitalista, é sua essência e é central na estratégia e gestão empresarial. No entanto, há algo maior que impõe limites a estes objetivos e para a própria preservação da empresa. Não se trata de *marketing* simplesmente, mas de estar minando o sistema social em que se insere a ponto de não ter mais objeto a ser direcionado pelas suas atividades; pode não haver mais “mercado consumidor” se o processo de produção e distribuição for degradante social e ambientalmente.

O exemplo da Engie aqui descrito é revelador de uma empresa transnacional da área de energia e que possui intenções muito positivas em termos de transformação da matriz energética brasileira. Ao anunciar a possibilidade de eliminação do uso de energias não renováveis e assim a descarbonização no uso energético, esta empresa vai além de ações meramente paliativas ou mesmo de *marketing*. O que se enfatiza neste momento é a necessidade de acompanhamento, pois a atividade carbonífera de quase um século na região deixou um passivo ambiental e social que responde por boa parte dos grandes problemas da região. Aos que lucraram com a atividade ficaram os lucros, apesar de também terem ficado com menos possibilidades de novas oportunidades.

Por fim, alertamos também para a interessante atuação de uma empresa genuinamente catarinense que possui fortes laços regionais em Jaraguá do Sul, a WEG. O entorno amplo onde essa indústria está im-



plantada revela um grau bastante amadurecido de Governança Pública, com uma articulação complexa da sociedade em torno do conhecimento e resolução de seus problemas sociais e ambientais. É um exemplo ainda de diversificação na produção de equipamentos de energia limpa, sendo um caso de significativa relevância para ser acompanhado e analisado, na construção de um arcabouço de casos que impliquem reconhecer na prática as intenções de Responsabilidade Social Empresarial.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Daniel M. C. **Responsabilidade como Legitimação**: Capital Transnacional e Governança Global na Organização das Nações Unidas. 2010. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; MCKINSEY COMPANY. **Empreendimentos sociais sustentáveis**: Como elaborar planos de negócio para organizações sociais. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2001.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda (Coord.). **Administração da qualidade e da produtividade**: abordagens do processo administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.

BRANCO, Samuel M. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1997.

CAROLA, Carlos Renato (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**: impactos sociais e ambientais. 1. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011.



DE SWAAN, Abram. **A cargo del Estado**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1992.

DIAS, Taísa; CARIO, Sílvio Antônio Ferraz. A Relação entre Estado e Sociedade no Século XXI: a perspectiva paraeconômica como estratégia neodesenvolvimentista. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, Unijuí, v. 12, n. 27, p. 370-403, jul./set. 2014.

ENFOQUE. **Complexo Termelétrico Jorge Lacerda**. Disponível em: <http://www.enfoque.com.br/infocias/arq_infocias_Comunicado/388791.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2017.

ENGIE. **A Companhia**. Disponível em: <<http://www.engieenergia.com.br/wps/portal/internet/a-companhia>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

ETHOS – Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. **Processos gerenciais**. Responsabilidade Social Empresarial. Jun. 2005.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial: grandes minas**. 1. ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

FOLADORI, Guillermo. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. III, n. 12, 2002.

GOULART FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

IPEA. **A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil**. 2006.



KIRSCHNER, Ana Maria. Sociologia da Empresa e Responsabilidade Social das Empresas. **Nueva Sociedad**, 202, mar./abr. 2006.

MAIMON, Dália. **ISO 14001**: passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MARREWIJK, Marcel van. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of Business Ethics**, v. 44, 2003.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PIAZZA, Maria Luiza. **Código de conduta das multinacionais**. Instituto Ethos, 2003.

REDE BRASILEIRA DO PACTO GLOBAL. **Pacto Global**. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>>. Acesso em: 1º mar. 2017.

REIS, Luís Filipe Sanches de Sousa Dias. **Gestão ambiental em pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn B. (Org.). **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



SACHS, I.. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SILVA, J. M. Müller da. **A expressão territorial da relação global-local**: o processo de institucionalização do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade em Santa Catarina no período de 2009 a 2015. 2016. 169p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

SOUZA, Nadja Valéria de; CUNHA, Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva. **Responsabilidade Social Corporativa e Transnacionalização**: uma leitura crítica do Pacto Global das Nações Unidas no Brasil. 2012. 149 p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org). **Responsabilidade Social Empresarial**. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **Our Participants**. Disponível em: <<https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

YONG, C. E. F.; LUSTOSA, M. C. J. Competitividade e meio ambiente: a nova relação centro-periferia. In: BRAGA, A. S.; MIRANDA, L. de D. (Org.).



PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

A Sustentabilidade dos Ecossistemas Urbanos

Comércio e meio ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D.; LINS, C. (Org.). **Sustentabilidade e Geração de Valor – A Transição Para o Século 21.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010. 208p.